

IV– Situação Financeira

O quadro a seguir expõe a evolução da situação financeira da CDI/PA no último quadriênio, com base em 4 indicadores: Solvência, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata.

IV– Situação Financeira

O quadro a seguir expõe a evolução da situação financeira da CDI/PA no último quadriênio, com base em 4 indicadores: Solvência, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata.

Indicador	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009
Solvência (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível não Circulante)	727,60	607,37	364,0	30,1
Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	246,69	100,95	103,3	11,4
Liquidez Seca (Ativo Circulante – Realizável a Curto Prazo) / Passivo Circulante)	191,11	100,95	68,8	9,9
Liquidez Imediata (Ativo Disponível / Passivo Circulante)	190,92	78,68	68,8	9,9

Por qualquer dos indicadores aqui demonstrados, a situação financeira da CDI/PA é bastante confortável. Os meios disponíveis, sejam em moeda corrente, sejam sob a forma de direitos, são suficientes, para solver os compromissos da Companhia. No encerramento do exercício de 2012, o passivo real de curto e longo prazo (R\$ 36,00 mil), representava apenas 0,52% dos depósitos em conta bancária (R\$ 6,93 milhões).

V – Situação Econômica

Em 2012, houve um Prejuízo Líquido apurado pela CDI/PA, da ordem de (R\$ 85.186,56), juntamente com o Prejuízo de sua subsidiária CAZBAR de R\$ (R\$ 1.585.446,34) haja vista não ter sido inicializada suas operações resultando um Prejuízo total de (R\$ 1.670.632,90).
O resultado econômico de 2012, encontra-se exposto no item 2 das demonstrações contábeis das quais este relatório é parte integrante.

VI – Situação Patrimonial

No encerramento do exercício de 2012 a CDI/PA apresentava um saldo patrimonial positivo de R\$ 51,00 milhões, isto representando uma variação de 3,27% em relação a 2011, quando o saldo patrimonial, também positivo montava R\$ 52,8 milhões.

Esse saldo patrimonial é suficiente para financiar a totalidade do ativo circulante, das despesas antecipadas e do realizável a curto prazo. Somente uma pequena parcela do passivo circulante (R\$ 36 mil), que corresponde a 0,52% do total da disponibilidade, é financiada pelas exigibilidades de curto prazo. Daí os elevadíssimos coeficientes de liquidez e de solvência demonstrados no item V deste relatório:

VII – Estrutura de Organização da CDI/PA

A estrutura básica de organização da CDI/PA é constituída de uma Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação; um Conselho Fiscal, um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, formada pela Presidência da Companhia, uma Diretoria Técnica e uma Diretoria Financeira. Essa estrutura organizativa acha-se exposta detalhadamente na íntegra deste relatório e no site da CDI/PA (www.cdi.pa.gov.br).

VIII. Recursos Humanos

A CDI/PA dispõe de 9 funções colegiadas – todas preenchidas, em face de imperativo legal – e 25 cargos comissionados, dos quais 18 foram preenchidos. O quadro a seguir resume:

A CDI/PA encerrou o exercício de 2012 com o quadro funcional contendo 18 servidores comissionados e 02 celetistas. O valor da folha de pagamento, excluindo encargos sociais, totalizou R\$ 1.832.421,80.

IX – Principais realizações de 2012

No exercício de 2012, o resultado econômico foi influenciado positivamente e decorre das ações da própria Companhia, principalmente das operações de comercialização de terrenos, principal fonte de receita da CDI/PA.

A receita operacional da Companhia teve origem em operações de comercialização, a saber:
1 – R\$ 2.276.550,85 recebidos pela realização de vendas de áreas a empresas localizadas nos Distritos Industriais de Ananindeua, Marabá e Barcarena/PA, incluindo-se:
R\$ 205.104,56 pagos pela Alubar, correspondente ao valor de caução de uma área no Distrito Industrial de Barcarena;
R\$ 787.397,55 pagos por empresas referente a taxa de anuência relativa a operações de transferência de propriedade de imóveis entre terceiros;
R\$ 1.284.048,74 pagos por empresas referente ao valor das promessas de venda e compra de áreas comercializadas nos Distritos Industriais de Ananindeua, Marabá e Barcarena/PA.
O resultado alcançado em 2012 poderia ter sido ainda melhor se não persistisse o inadimplemento da Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON, no pagamento do aluguel de um imóvel situado à Rua dos Tamoios nº 1578, de propriedade da CDI/PA.

Projetos em andamento

Os investimentos em 2012 executados pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado Especial de Produção e Incentivo – SEDIP e pela CDI/PA foram nas ações de:
1 – Revitalização do Distrito Industrial de Ananindeua – Executado a Recuperação do pavimento de parte do sistema viário.
2 – Revitalização e expansão do Distrito Industrial de Marabá Fase I – Obra em finalização
3 – Expansão do Distrito Industrial de Marabá (implantação da Fase II) – Executado a atualização do projeto executivo.
4 – Implantação do Pólo Metal-Mecânico de Marabá (Fase III): Acompanhamento jurídico da ação de emissão da posse do lote 11.
5 – Implantação da Plataforma logística do Rio Guamá – Executados levantamentos expeditos de reconhecimento da área.
6 – Implantação do DI-Barcarena – Em andamento Processo de desocupação
7 – Implantação da ZPE-Barcarena – Conclusão dos Projetos Executivos, Aprovação do Projeto de Alfandegamento e Protocolo do Licenciamento Ambiental.
8 – Criação da ZPE-Santarém – Regularização fundiária em andamento pela PGE.

Gestões foram efetuadas pela CDI/PA no sentido de encerrar o contrato referente à expansão do DI-Marabá Fase II (SEDECT/CONSTRUAMEC), ainda vigente, para retomar o processo com gerenciamento próprio da CDI/PA, ao final do exercício houve a determinação de que a obra seria executada pela SEOP porém a falta de orçamento impediu que isso se consumasse. A implantação do sistema viário dessa fase é imperioso para o atendimento das demandas que advirão com o Polo metal-Mecânico.
Quanto à instalação da Fase III do DI-Marabá essa é uma ação que demandará mais estudos para determinação de sua nova configuração, pois o fato de no polígono atual se encontrarem uma penitenciária e um assentamento do INCRA que formalmente não está emancipado ocasiona impactos sociais e econômicos que por si só justificam novos estudos.

Implantação da Zona de processamento de Exportações de Barcarena – ZPE/Barcarena:

a – Contratação do Relatório de Controle Ambiental da ZPE de Barcarena: Tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria ambiental nos pedidos de licença prévia –LP, licença de instalação – LI, licença de operação – LO, bem como solicitações de outorga para captação de água de dois poços e estudos complementares para a Zona de Processamento de Exportações de Barcarena, no Município de Barcarena, Estado do Pará, prevê a elaboração de RCA contendo os itens necessários ao licenciamento do empreendimento tais como: Descrição geral do empreendimento, Plantas de localização, sistema viário etc, características ambientais da área em estudo, clima, vegetação, solo, geomorfologia, etc. Geofísica, Coletas/análise físico-químicas, Estudos hidrogeológicos, e demais informações pertinentes.

b – Finalização do Projeto de Engenharia e Arquitetura para Implantação da infra-estrutura/urbanização da ZPE de Barcarena: implantação de sistema viário de 6,7 km de vias com meio fio, canteiros, drenagem, sinalização, ciclovias, faixas de pedestres iluminação pública; centro de convivência; instalações para os órgãos de controle Aduaneiro, fitossanitário, ambiental, dentre outros; galpões para armazenamento de matérias-primas e produtos em espera para exportação; pátios para containers; estacionamento para caminhões e carretas; sistema de monitoramento e controle do fluxo de pessoas e cargas.

e – Valor do projeto: já executado: R\$. R\$ 2.879.098.04 (com recursos próprios da Companhia), sendo:
R\$.626.000,00 (desocupação da área)
R\$.589.497,75 (obras de vedação do terreno e pórtilco).
R\$.1.030.382,19 (projeto de alfandegamento + projeto executivo + Licenciamento ambiental)
R\$.633.218,10 (manutenção do pórtilco, conservação de acessos e cercas delimitantes)

Implantação da Zona de processamento de Exportações de Santarém – ZPE/Santarém:

Encontra-se em análise pelo CZPE-Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação o projeto de criação da ZPE/Santarém. O projeto de criação da mencionada ZPE foi contratado junto a ABRAZPE (associação que congrega todas as ZPEs brasileiras) na pessoa do Dr. Helson Braga, dentro dos padrões até então exigidos pelo CZPE (conselho ligado ao MDIC que analisa todos os processos de criação de ZPEs no Brasil e tem a função, dentre outras, de aconselhar ou não a criação de determinada ZPE). O projeto justifica a criação e detalha equipamentos urbanos necessários ao funcionamento dessa ZPE . A partir de 2012 o nível de exigências cresce a cada reunião, sendo que nesta ultima foi decido que somente a titularidade da área em favor do solicitante serve como garantia de disponibilidade da área destinada a ZPE, no que estamos trabalhando. Aguarda-se sua aprovação.

Revitalização do Distrito Industrial de Ananindeua – Executado recuperação de 3,2 Km de Vias – Trecho não contemplado no projeto de reestruturação do DI-Ananindeua
Esta foi uma demanda feita em fins de 2011 ao Secretário Especial Dr.Shydney Rosa pelos empresários que tem seus investimentos concentrados no DI-Ananindeua.

Projetos em Estudos

A CDI/PA concentra estudos em conjunto com a CPH-Companhia de Portos e Hidrovias para desenvolvimento do projeto de um Complexo Industrial e Portuário no Rio Guamá (municípios de Castanhal e Inhangapi). Em se concretizando este projeto promoverá:
• Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém (expansão da área industriointensiva)
• Descentralização (desconcentração) das atividades no eixo da BR 316 (racionalização)
• Consolidação do Pólo Industrial de Castanhal (parque metal-mecânico)
• Integração com as futuras Ferrovia do Espadarte/Ferrovia Norte-Sul (alimentação)
• Geração de emprego e renda na área de influência do projeto (novos empreendimentos)
• Desafogamento do Porto de Vila do Conde (transferência dos embarques de gado bovino)
• Desafogamento do tráfego urbano em Belém (transferência dos terminais rodofluviais)
Com a denominação provisória de Plataforma Logística Intermodal do Rio Guamá – PLIRG tem como descrição preliminar: